

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Reflexões sobre controle, cultura e
comunicação de massa

Daniel Herz

(Jornalista, assessor da Federação Nacional dos Jornalistas.
Participou da elaboração deste trabalho, José Miguel Martins.)

I. NATUREZA HUMANA E MEIO AMBIENTE: CONTRADIÇÕES E REQUISITOS PARA UMA REGULAÇÃO CONSCIENTE

Antes de abordarmos especificamente o tema proposto - *Comunicação e Meio Ambiente*, procuraremos estabelecer algumas premissas, buscando situar-nos em relação à problemática tratada no Encontro, através do tema *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no contexto dos eventos vinculados à UNCED-92.

As preocupações contemporâneas com a situação do meio-ambiente e o equilíbrio ecológico superam qualquer abordagem particular de natureza técnica ou científica e colocam em discussão "o próprio destino do homem"¹. Uma aproximação com essa problemática, portanto, deve ser, antes de tudo, de caráter filosófico. Para tanto, recorreremos a dois trabalhos, de 1985, do jornalista Adelmo Genro Filho², com uma abordagem filosófica plenamente atual.

Adelmo lembra que a idéia de harmonia do homem com a natureza propõe a negação da ordenação da natureza com fins humanos, isto é, da própria natureza humana³ que se constitui, justamente, a partir da violação da legalidade da natureza, a construção de um mundo humanizado a partir da apropriação das

leis da natureza. Adelmo ressalta que o homem "para manter-se em sua legalidade propriamente humana necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior (a da natureza)"⁴. E acrescenta: "os homem informam (...) a natureza, transformando-a numa natureza humanizada, em algo *organizado* e, portanto, sujeito a uma *legalidade determinada*. Os homens violam o meio ambiente porque fazê-lo é próprio de sua essência"⁵.

Desse modo, propor simplesmente "a harmonia com a natureza" pressupõe a negação da natureza humana⁶. "A idéia básica do conceito de harmonia é a de conformidade ou regularidade, isto é, a noção de contigüidade e não-contradição com a natureza. O homem, embora originário e ligado de modo insuperável com a natureza, é uma profunda contradição com ela. O meio ambiente do homem é uma natureza radicalmente humanizada e regulada por sua própria ação e vontade"⁷.

A contradição com a natureza, vivida pelo homem, portanto, não é transitória ou conjuntural. É essencial e definidora da sua natureza própria, a natureza humana. Adelmo reconhece que essa problemática não se reduz a uma mera "crítica ideológica anticapitalista", mas "recoloca em cena, por outro ângulo", pela "natureza globalizante" das suas indagações, a "velha questão filosófica" da "relação entre o ser e a consciência" e cobra uma "reavaliação da própria totalidade humana"⁸.

O "redimensionamento da (...) visão sobre o homem e das possibilidades colocadas pela práxis"⁹, entretanto, é algo que "não pode significar um passo atrás, ou seja, não pode

significar um retorno ao 'humanismo naturalista' cujo pressuposto é a idéia de uma harmonia original que teria sido rompida em algum ponto da história¹⁰. Ao contrário, "deve buscar o rompimento com os liames que ainda o prendem ao naturalismo"¹¹. Isto é, o homem deve prosseguir avançando no sentido da afirmação da sua natureza humana, inclusive para estabelecer uma relação equilibrada com o meio ambiente e a natureza em geral.

"A imposição da harmonia humana sobre a natureza implica numa apropriação progressiva que, cada vez mais, tem como condição mesma de sua efetividade a conquista de um equilíbrio global consciente. A auto-regulação da coletividade humana em suas relações com a natureza, tendo em vista critérios globais de médio e longo prazo, realiza a essência da *apropriação* em sentido filosófico. (...) [Muitos] ecologistas tendem a considerar a apropriação da natureza pelo homem como um aspecto da preservação, quando se trata exatamente do inverso. Os mares não podem ser envenenados, a atmosfera não pode ser poluídas e nem esgotados os recursos naturais não-renováveis porque isso produz efeitos naturais não controlados que desumanizam nosso ambiente"¹². E mais adiante, esclarece Adelmo "(...) o homem não é simplesmente *um ser da natureza*, pois sua essência é exatamente o processo de afastamento dessa primeira natureza e, nessa medida, de produção de sua natureza histórica enquanto humanização. Por isso mesmo, jamais poderá romper completamente os liames com a primeira natureza de onde partiu"¹³.

"Enfim, a imposição da harmonia humana sobre o mundo natu-

ral é, essencialmente, o conteúdo do trabalho social. A preservação é um aspecto dessa apropriação e o equilíbrio não é um fim, mas seu critério e condição. Nesse sentido, o automatismo [e o sentido degenerante, do ponto de vista humano¹⁴] das forças produtivas, que atinge seu ápice sob o capitalismo, deve ser condenado e submetido pelo sujeito humano não pelo seu caráter de força produtiva, mas pelo seu caráter de *força destrutiva*¹⁵.

Por isso tudo, o esforço de "qualificação consciente das forças produtivas" e a "crítica teórica e prática das objetivacões técnicas e científicas"¹⁶) para acertar no alvo, deve partir da constatação de que a "crise de civilização" que o mundo vive tem o capital e a *lógica da mercadoria* como seu "centro motor"¹⁷.

A luta por uma "regulação consciente" da ação dos homens sobre o mundo, portanto, não pode reduzir-se a uma "crítica moral", ainda que dirigida à "sociedade como um todo"¹⁸. Essa crítica e o enfrentamento que ela propõe devem ser políticos e materializados até ~~as~~ suas últimas conseqüências, devem voltar-se para a superação das determinações da *lógica da mercadoria*. Para tanto, precisa superar a "crença na ação espontânea (...) das próprias classes dominantes (...), do 'povo em geral' (...) ou dos 'homens comuns'"¹⁹. Só o empreendimento de uma multiplicidade de ações coletivas e de sentido estratégico pode dar conseqüência a essa disputa da consciência com a *lógica das coisas*, que é a *lógica da mercadoria*.

Uma das condições para o empreendimento de ações estraté-

gicas é a compreensão de que os meios resultantes da ciência e da técnica moderna podem proporcionar a "base objetiva para um futuro que seja melhor e possível"²⁰. Não é freando as forças produtivas ou simplesmente recusando o desenvolvimento técnico e científico que vamos produzir as soluções. Ao contrário, só o desenvolvimento de meios apropriados - sejam materiais ou institucionais - pode permitir que a consciência, com autonomia em relação à *lógica da mercadoria*, assuma o comando.

Adelmo salienta ainda que "mesmo o taylorismo - embora isso (...) [possa deixar alguns] horrorizados - possui determinações potenciais de uma conquista humana universal, ao mesmo tempo que nasceu para promover a mais desumana e alienante exploração. Não se trata, então, de abolir a produção em massa, mas de estabelecer uma regulação consciente *em cada momento histórico*, tendo em vista o equilíbrio ecológico e as possibilidades técnicas e científicas de mantê-lo e aperfeiçoá-lo"²¹.

II. CONTROLE E CULTURA

'As coisas estão controlando os homens. É o CO₂ que controla Bush e não o contrário. Não há neoliberalismo. Isto é apenas uma capa ideológica que os economistas acorreram a jogar nos ombros das coisas. As coisas tomaram o poder e os seus escravos fizeram esta formação reativa, este rótulo que lhe foi colado às pressas nas costas, para dar aos homens a ilusão de controle'. (Arnaldo Jabor)'

A novidade do fenômeno humano, que se distingue e se descola radicalmente da natureza, é a possibilidade de arbitramento de fins e de constituição de meios voltados para a consecução destes fins. A característica desse processo, no qual

o homem produz sua própria essência, foi identificada com clareza já a partir de Hegel: os meios sempre excedem os fins particulares para os quais foram concebidos. Uma característica do gênero humana, portanto, é a de produzir, através dos meios que desenvolve, mais efeitos do que concebe inicialmente, sejam estes meios políticos, institucionais, econômicos ou culturais.

O desafio da humanidade - em especial na contemporaneidade, com o desenvolvimento dos meios atingindo escala planetária - é possibilitar que o homem amplie a capacidade de controlar os meios que desenvolve e o alcance dos seus efeitos. Busca-se um controle que admita a inevitável excedência dos meios em relação aos fins particulares para os quais foram concebidos. Os meios têm um caráter potencialmente universal e nunca servem *apenas* para atingir a finalidade particular que os origina. Trata-se, assim, de um controle que, por mais amplo e minucioso que seja, necessariamente será precário, limitado e parcial.

Não há, nessa preocupação, a ilusão de produzir um mundo idílico, onde tudo ocorra por um puro arbitramento de fins e com um controle absoluto sobre os meios e fins. O objetivo é fortalecer a capacidade teleológica do sujeito e, através do controle sobre os meios, mesmo admitindo o alcance superior dos meios em relação aos fins particulares propostos, produzir um esforço para que estes não venham a engolfar ou contradizer esses fins. Trata-se, portanto, de um esforço para ampliar a margem de liberdade da consciência em relação às determinações que são produzidas pelo próprio homem e que es-

capam ao seu controle como, por exemplo, a *mercadoria* que, de meio, passou a ser uma "célula inversora entre meios e fins".

Sem dúvida, no equacionamento das questões ambientais, está o problema do controle sobre a essência humana e dos meios que produz. A relação do homem com a natureza, que é necessariamente violenta - no sentido substantivo de violação da sua legalidade - tende, espontaneamente, a ser marcada pelo caráter predatório. A superação da espontaneidade - imposta pela *lógica da mercadoria*, por exemplo - é uma condição para possibilitar o arbitramento de uma positividade sobre a necessariamente violenta ação humana.

A idéia de controle surge aqui como o arbitramento de uma positividade capaz de humanizar a relação do homem com os meios e os efeitos dos meios que produz. A noção de controle, aqui evocada, rejeita o caráter adjetivo e o sentido autoritário com que essa noção tem sido usualmente empregada. Controle, tal como aqui empregamos, recusa-se a referir o processo em que "alguém subordina alguém"; em que uma idéia fechada de comportamento, atitude ou finalidade é empregada como modelo para a conduta ou os fins de indivíduos, grupos sociais ou mesmo sociedades.

Como os meios serão sempre excedentes em relação aos fins, e sendo esta uma condição inerente à produção da essência humana, as formas concretas através das quais se estabelecerá o controle sobre os meios também não poderão, de antemão, serem estabelecidas. Essas formas concretas de controle, além disso, serão necessariamente provisórias e recorrentes à própria

natureza dos meios e dos fins que o homem quiser alcançar.

Essa idéia de controle tem que ser recorrente e estar articulada com o desenvolvimento dos meios, tem que ser pensada no âmbito de cada sistema ou subsistema político, região ou sub-região do mundo, no interior de cada Estado ou governo, com realidades e características próprias.

A idéia do controle, tal como aqui é empregada, não se associa a qualquer projeto fechado, a nenhuma utopia, a nenhum finalismo, por mais grandioso ou generoso que possa se apresentar; também não se vincula a alguma concepção fechada que, inevitavelmente acaba reificando as relações.

Afirmamos aqui, sobretudo, a idéia da necessidade do controle que, longe de ser tratada como um valor humano universal, deve admitir o convívio com os limites e possibilidade de cada situação concreta. E deve aceitar uma relação necessariamente tensa e contraditória, entre os indivíduos, grupos e setores sociais dispostos a aceitar um controle de "todos sobre todos", isto é, o estabelecimento de uma "direção coletiva" sobre as instituições e uma condição de recorrência, com uma abertura dessas instituições para a construção da essência humana nos seus aspectos contraditórios. Contemporaneamente, a opção entre planejamento estratégico e mercado é um dos mais cruciais focos de contradição entre a consciência e a espontaneidade, a *lógica das coisas*.

Trata-se de constituir instituições que, por assim dizer, não se surpreendam com o caráter aberto e autodeterminado da

existência humana e que estejam capacitadas para se transformar permanentemente, buscando a mais completa coincidência entre as instituições e o que estas se dispõem a representar, isto é, que a forma das instituições e os recursos formais de que esta se reveste, não se choquem de forma irreversível com seu conteúdo.

O equacionamento da relação do humana com o meio ambiente põe em cheque a capacidade do homem controlar seus meios e arbitrar seus fins. Os critérios e condições para se conseguir uma relação não-predatória do homem com o meio ambiente, entretanto, não podem ser buscados na natureza. O homem não pode se pensar "dissolvido" na natureza. O homem não pode se pensar apenas como se fosse, simplesmente, um "ser natural". O homem encarna a consciência que existe sobre o mundo, até onde alcança nosso conhecimento científico. E os critérios de orientação da sua ação sobre este mundo serão inevitavelmente seus. A degradação do meio ambiente, portanto, antes de tudo, é uma degradação do meio humano, uma *desumanização* do meio ambiente. E para que a consciência efetivamente presida a ação humana sobre o mundo, torna-se indescartável o controle dos meios. Caso contrário, o homem estará sempre despertando energias que terá dificuldades ou não conseguirá controlar, seja na natureza (e aí está o problema mal resolvido da energia nuclear), seja nas suas próprias relações (e aí está a *mercadoria*, produzida pelo homem, mas que se autonomizou, fugiu do seu controle, e passou a submeter o próprio homem).

CONTROLE DA CULTURA

Afirmamos, até agora, a necessidade de controle da essência humana, capaz de arbitrar uma positividade para orientar a relação inevitável e necessariamente violenta - no sentido de violação da legalidade - do homem com a natureza.

Faltou ressaltar a necessidade de controle das relações dos homens entre si. O caráter intrinsecamente social da existência e da ação humana sobre o mundo torna imprescindível um foco de atenção sobre a legalidade, a eticidade e o sentido das relações que os homens mantêm entre si.

Entendemos, para os efeitos dessa exposição, cultura como uma referência da qualidade dos meios materiais desenvolvidos, das instituições que mediam relações e da ação que exerce sobre a natureza. Concluimos então que, se o homem quiser ter controle sobre os meios e seus fins, sobre suas relações e sua ação sobre o meio ambiente, o homem terá que controlar a produção da cultura.

A capacidade de produzir critérios para exercer o controle sobre os meios, a capacidade de avaliação dos efeitos e do alcance das objetivações do homem sobre a natureza, isto é, do impacto dos meios e da ação do homem sobre o meio ambiente, pode ser entendida como um *padrão cultural*. A validação e a legitimidade de determinados meios ou práticas é uma *convenção* arbitrada pela consciência e, portanto, produzida pelo homem.

Quem controlar os meios voltados para a produção da cultura, terá poderes para arrefecer ou exagerar ou impacto de de-

terminadas informações técnicas, poderá estimular hábitos e costumes, induzir valores e concepções. Evidentemente, esse controle sobre a produção cultural deverá, acima de tudo, ser democrático e plural. Não é difícil perceber que uma cultura sujeita à *lógica da mercadoria*, que tem como compromisso fundamental a reprodução do capital, é avessa ao arbitramento de finalidades humanas, isto é, a *lógica da mercadoria* tende a se impor a tudo, apresentando-se como "natural" e inevitável, e decretando a autonomização dos meios em relação aos fins, a perda de controle, pelo homem, daquilo que ele próprio produziu. Impelidos pela *lógica da mercadoria*, os homens se transformam em "coisas".

Na epígrafe deste capítulo, Arnaldo Jabor demonstra que a intuição dos artistas pode produzir imagens aproximando a consciência de elaborações complexas da filosofia e da ciência. Jabor denuncia assim as reações codificadas pela *lógica da mercadoria* e a reiteração das relações dominantes. O controle da produção da essência humana, o controle da consciência sobre os fins e o alcance dos meios, inclusive seu impacto sobre o meio ambiente, depende, em muitos aspectos, do controle sobre a produção da cultura. Através da produção cultural, abrimos ou fechamos possibilidades para nações e sociedades.

III. MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO DE MASSA

Consideramos, sinteticamente, para os fins deste trabalho, cultura como uma referência da qualidade das objetivações hu-

manas. Entretanto, o ~~conceito~~^{conceito} de cultura é polêmico, nas ciências humanas e sociais, não obtendo consenso entre cientistas e pesquisadores. Constatamos a existência de inúmeros conceitos que vão desde uma exagerada abrangência, como o que identifica cultura com tudo o que é produzido pelo homem, até uma restrição demasiada, como o que relaciona cultura com elementos que induzem a conduta.'

Independente do conceito adotado, entretanto, podemos concluir que os meios de comunicação de massa - e em especial o mais importante destes, que é a televisão - têm uma extraordinária capacidade de determinação da cultura. Além de organizarem todo um ramo de produção econômica, os meios de comunicação de massa estimulam hábitos e costumes, induzem atitudes, comportamentos, valores e concepções.

Essa capacidade de determinação da cultura é o principal fundamento do interesse público nos meios de comunicação de massa e que justifica a necessidade de controle público sobre esses meios.

Para que a consciência assuma o comando das ações humanas e se habilite para controlar meios e arbitrar fins, inclusive no complexo estabelecimento da sua relação com o meio ambiente, é necessário que os homens se empenhem numa ampliação das possibilidades da consciência se desenvolver e se apropriar do mundo. Temos a convicção de que isso só poderá ocorrer se o homem controlar a produção cultural, usando-a como meio, e tomando a valorização da consciência como fim.

Esse objetivo se choca frontalmente com a situação que temos no Brasil. E aqui nossa análise passará a se deter nos dados concretos da situação brasileira e na dimensão política das tarefas de reconstrução dos sistemas de comunicação de massa em nosso país.

A IMPORTANCIA DA TELEVISÃO

A análise da situação dos sistemas de comunicação de massa no Brasil evidencia a destacada importância da televisão. É o principal de veículo, do ponto de vista econômico. Representa cerca de 52% de todo o mercado de comunicação, considerando os dados de 1991⁴. Desde o seu surgimento, em 1950, ^{A TELEVISÃO} rapidamente assumiu a principal posição entre os sistemas de comunicação de massa. Pode ser considerada, hoje, como a espinha dorsal desses sistemas. Isso se constata observando que, além da importância das quatro grandes redes privadas, é a televisão a base dos principais grupos privados regionais de comunicação, reunindo os principais jornais e as principais redes estaduais de emissoras AM e FM. É a televisão que alavanca, portanto, o desenvolvimento dos grupos privados nacionais e regionais de comunicação de massa.

A essa importância econômica corresponde uma importância política. A hegemonia econômica equivale uma hegemonia política. E esse destaque político resulta da importância cultural da televisão. O impacto e o poder de sedução da sua linguagem tornam inigualáveis os seus efeitos sobre a cultura do país.

A TV, ESSA DESCONHECIDA

Apesar da televisão existir no mundo já quase há meio século, podemos dizer, sem medo de errar, que se trata de uma grande desconhecida. Em que pese o gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, teórico e empírico, sobre este veículo, há uma grande dificuldade para se estabelecer uma visão de conjunto sobre o fenômeno televisivo, transformando todo o conhecimento disponível num mosaico razoavelmente contraditório e desconexo.

A incompreensão da televisão resulta, em parte, do caráter dinâmico da sua linguagem, em permanente evolução na combinação de estímulos auditivos e visuais. Mas não só a forma, também o conteúdo da televisão avança num ritmo vertiginoso, com a incorporação de temáticas capazes de dissolver qualquer tipo de resistência, tanto no que se refere a temáticas de sentido humanizador, como as que expressam tendências perversas e traços narcísicos e esquizo-paranóides.

A televisão, na verdade, é um ponto de confluência único da vanguarda de produção científico-tecnológica com as forças do mercado. Estabelecendo uma conexão direta do público com o mercado, este veículo desenvolveu a capacidade tanto de produzir o mercado, como de responder às suas demandas. Por isso a TV, inserida no cotidiano de centenas de milhões, ocupa um caráter central na determinação da cultura contemporânea em processo de abrangência planetária. A TV é, assim, o carro-chefe da produção de hábitos, costumes, valores, concepções e mobilização do imaginário popular.

A TV, mais do que um linguagem audiovisual sujeita a determinações do mercado, confunde-se com o próprio processo total de constituição da contemporaneidade, com a eliminação de barreiras de tempo e espaço, a dessacralização de valores e instituições e, sobretudo, a disseminação do niilismo, no sentido de perda de controle produção da própria essência, tal como apontou Bermann, em *Tudo o que é sólido desmancha no ar*.

A TV NO BRASIL

Por 57 anos, desde a primeira legislação sobre rádio, o poder de outorga de concessões e permissoras de emissoras de rádio e, depois, de emissoras de televisão, foi atribuído a uma decisão pessoal do Presidente da República. Nessa condição, as outorgas de concessões e permissões obviamente refletem o ânimo governamental, sendo sujeitas a favorecimentos, compadrio, beneficiamento de grupos políticos e econômicos e, não raro, corrupção. O ex-presidente Sarney desfrutou desse poder até o dia 5 de outubro de 1988, quando a vigência da nova constituição passou a palavra final, no processo de outorga, para o Congresso Nacional. Sarney não só desfrutou desse poder até as últimas horas como, barganhando votos na Constituinte, praticamente esgotou as frequências e canais tecnicamente viáveis no país. Considerando as principais modalidades de serviço - rádio AM e FM e televisão em VHF - hoje restam menos de 14% de todas as frequências e canais viáveis, obviamente todas fora dos principais mercados.

O AVANÇO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS

Num movimento combinado com o processo de esgotamento do espectro eletromagnético e das suas frequências e canais, o governo Sarney, às vésperas da aprovação da nova Constituição e com base numa legislação de telecomunicação mais do que defasada - na verdade completamente caduca - passou a acelerar a implantação das novas tecnologias, amparando sua regulamentação em decretos e portarias. Teletexto, Videotexto, TV em UHF, TV por Assinatura, Transmissão Direta de Satélite, TV a Cabo (disfarçada com a denominação DISTV), MMDS, foram algumas dessas tecnologias. O governo Collor prosseguiu com essa política de acobertamento da implantação das novas tecnologias. Essa política, além de regulamentar as novas tecnologias de forma fragmentada, sem debate público e através de meros atos do Executivo, marginaliza o Congresso Nacional não só das deliberações sobre as regulamentações como também do processo de outorga de autorizações e permissões. Isto é, esgotada a radiodifusão convencional, o Executivo passou a empalmar o poder de distribuição das autorizações e permissões referentes às novas tecnologias.

Em diversos casos, o governo federal vem operando no sentido de criar situações *de fato* com base, inclusive, em regulamentações precárias, de modo a tornar a implantação dessas tecnologias irreversíveis e controladas por determinados grupos. Esse é o caso da TV a Cabo, ou Serviço de Cabodifusão, cujas redes estão se constituindo como base dos sistemas de comunicação do futuro, em todo o mundo. A situação, portanto, é muito grave. As novas tecnologias estão sendo implantadas

de forma velada, repetimos, sem debate público, com beneficiamento de grupos políticos e econômicos e sendo sujeitas a práticas e condições que poderão comprometer irremediavelmente seu desenvolvimento futuro.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Estamos aqui ressaltando que a produção da cultura é imprescindível para que tenhamos ciência das possibilidades e necessidade no estabelecimento de uma determinada relação com o meio ambiente. Também podemos afirmar o mesmo no que se refere às relações dos homens entre si. Estamos, assim, diante do problema da qualidade das nossas instituições e do processo político que deve envolvê-las.

Há sérias questões a se levantar quanto a ilegitimidade do setores que tiveram o privilégio de receberem dos governos, através de décadas, as concessões e permissões que, sem dúvidas, estão nas mãos dos setores mais conservadores do país e que mantiveram, através de décadas, estreita relação com o poder governamental.

Porém, não é possível deixar de registrar a grave e comprometedor omissão da sociedade civil em relação às questões referentes à comunicação. Na verdade, por mais de meio século em que o poder de outorga esteve nas mãos do Presidente da República, não houve uma reação á altura, de parte da sociedade civil que, assim, de certa forma, também é conivente com o quadro que aí está.

Hoje, literalmente, meia dúzia de empresários controlam a televisão no Brasil, através das grandes redes, e mantêm esse veículo impermeável à diversidade de posições e opiniões existentes no país.

Mais do que o contundente questionamento a ilegitimidade na distribuição das frequências e canais, porém, é a postulação positiva de que um veículo com tamanha capacidade de determinação da cultura deve estar profundamente comprometido com o interesse público. E o que ocorre é justamente o oposto.

Por isso, democratização da comunicação significa estabelecer um processo de ascendência do público sobre o privado, na operação dos sistemas de comunicação de massa, em especial da televisão. O que estamos discutindo aqui é a necessidade do controle público sobre veículos determinantes na produção cultural do país. O que estamos questionando é o papel da sociedade na formação da cultura e a função da cultura no seio da própria sociedade. Estamos questionando a necessidade do controle sobre a produção de cultura como condição para que se estabeleça o controle, pela consciência, da ação dos homens sobre o meio ambiente.

O que está em jogo é a integração ativa dos diversos setores da sociedade no processo de construção da cultura e da definição de políticas em relação às questões ambientais. Obviamente isso não se faz apenas substituindo os grupos hoje dominantes, por outros grupos. Isso só se consegue com uma nova dinâmica social, democrática e sobretudo pluralista, ca-

paz de incorporar, na definição dos rumos da nação, a diversidade de setores com distintas posições políticas, étnicas e culturais do país. O que está em disputa é o controle de um processo civilizatório que grupo social algum, isoladamente, tem o direito de decidir.

Esse é o sentido da democratização da comunicação que a Federação Nacional dos Jornalistas, integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, tem defendido em todas as oportunidades possíveis. Faz essa defesa com a certeza de que, sem democratizarmos a comunicação, não teremos democracia no Brasil.

Ao que poderíamos acrescentar: A possibilidade de se regular, conscientemente, a relação do homem com o meio ambiente depende, em larga medida, controle que se tiver sobre a produção cultural. E de se abrir, assim, a produção cultural para um processo coletivo e plural de afirmação da nacionalidade. Isso significa uma mobilização permanente da sociedade civil, e também de condição para que todos os setores sociais do país se expressem e consigam desenvolver autonomia estratégica para formular um projeto de presente e de futuro. Só assim poderemos, como nação, produzir projetos capazes de equacionar a relação do homem com o meio ambiente, a partir de uma posição consciente, equilibrada e não-predatória.

NOTAS

¹ GENRO FILHO, Adelmo. *Marxismo e ecologismo: dois pesos e duas medidas*, p.51. In: GENRO FILHO, Adelmo. *Marxismo Filosofia Profana*. Porto Alegre, Tchê, 1986, 103 p.

² Adelmo Genro Filho (1952-1988) foi jornalista, professor e militante político. Intelectual inquieto e vigoroso, esforçou-se para produzir uma interpretação antidogmática e renovadora do marxismo que, em muitos aspectos, antecipou a crise que se aproximava, com a queda das experiências do assim chamado *socialismo real*. Publicou entre outros trabalhos *O segredo da Pirâmide* (Editora Tchê, 1987)...

³ GENRO FILHO, *Marxismo e ecologismo...*, op.cit. p.55.

⁴ VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, 2a. ed. p.374. In: GENRO FILHO, Adelmo. *Violência, política, poder e estado: reflexões preliminares*. Florianópolis, UFSC, 1985, mimeo. 24 p., p.7.

⁵ GENRO FILHO, *Violência, política...*, op.cit. p.8.

⁶ GENRO FILHO, *Marxismo e ecologismo...*, op.cit. p.55.

⁷ *Ibidem*, p.55.

⁸ *Ibidem*, p.52.

⁹ *Ibidem*, p.55.

¹⁰ *Ibidem*, p.55.

¹¹ *Ibidem*, p.55.

¹² *Ibidem*, p.56.

¹³ *Ibidem*, p.76.

¹⁴ Observação Daniel Herz.

¹⁵ GENRO FILHO, *Marxismo e ecologismo...*, op.cit. p.56

¹⁶ *Ibidem*, p.76-7.

¹⁷ *Ibidem*, p.76.

¹⁸ *Ibidem*, p.78.

¹⁹ *Ibidem*, p.78.

²⁰ *Ibidem*, p.78.

²¹ *Ibidem*, p.77.